

O PRIMEIRO CONCURSO PÚBLICO PARA ARQUIVOS EM MINAS GERAIS: o preenchimento de cargos no Arquivo Público Mineiro (1895-1898)¹

THE FIRST PUBLIC TENDER TO AN ARCHIVE IN MINAS GERAIS: filling positions at the at the Minas Gerais Public Archive (1895-1898)

Ygor Souza*
Ivana Parrella**

RESUMO

O Arquivo Público Mineiro (APM) foi instituído em 1895 e desde sua criação estava prevista a realização de concurso para cargos técnicos da área de arquivo, como secretário-arquivista e oficial sub-arquivista, funções existentes na repartição recém-criada. O trabalho em questão busca analisar a legislação pertinente ao certame para preenchimento de cargos no APM, além de investigar qualitativamente a documentação a respeito do primeiro concurso realizado em 1898. Assim, pretende-se observar as maneiras pelas quais foram selecionados funcionários para a instituição arquivística do Poder Executivo de Minas Gerais e as atividades desenvolvidas nos primeiros anos do órgão.

Palavras-chave: Arquivo Público Mineiro, concurso, arquivista.

ABSTRACT

The Public Archive of Minas Gerais (APM) was established in 1895, and from its inception, it was mandated that a public tender be conducted to select employees for the newly created position of sub-archivist officers at the APM. This paper aims to analyze the legislation concerning the public tender and qualitatively investigates the documents related to the first public competition held in 1898. The objective is to observe the criteria used to select employees for the Public Archive of Minas Gerais and to examine the activities carried out within the institution.

Keywords: Public Archive of Minas Gerais, public tender, archivist.

¹ Artigo atualizado, oriundo da comunicação oral realizada no X Congresso Nacional de Arquivologia (CNA) em Salvador, Bahia, entre 14 e 18 de outubro de 2024, premiado em 1º lugar do Eixo 5 - Patrimônio, Cultura e Diversidade na Era de Dados.

* Historiador, Coordenador de Arquivos Permanentes no Arquivo Público Mineiro. Licenciado em História, graduando em Arquivologia e pós-graduando em História e Gestão de Acervos. E-mail: ygasouza@gmail.com.

** Professora da Escola de Ciências da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em História. E-mail: ivanaparrella@ufmg.br.



1 INTRODUÇÃO

O Arquivo Público Mineiro (APM) foi criado em 1895, na cidade de Ouro Preto. A decisão de criar e organizar a instituição coincide com a mudança da capital para uma nova cidade planejada que estava sendo construída em Belo Horizonte. Esses dois temas se concatenam pelas preocupações do idealizador do Arquivo, José Pedro Xavier da Veiga², e seus partidários no momento que a mudança da capital poderia representar a perda de documentos arquivísticos e outros considerados necessários à memória e à escrita da história de Minas Gerais.

A decisão pela criação do Arquivo, que seria ainda o núcleo para a fundação de outras duas repartições para a memória do estado – um museu e uma biblioteca mineiros – foi tomada em regime de urgência pelos contrários à mudança da capital. Em menos de um ano o Arquivo foi criado, com lei e regulamento, e entrou em funcionamento nas dependências da casa de seu criador.³

A lei de criação foi estruturada em 12 artigos, estabelecendo em seu primeiro dispositivo da atribuição do APM em “receber e a conservar debaixo de classificação sistemática todos os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à administração, à história e geografia, às manifestações do movimento científico, literário e artístico do Estado de Minas Gerais” (Minas Gerais, 1895a). A mesma norma legal também evidenciava a tripla função do órgão recém-criado, uma vez que o Arquivo Público Mineiro deveria atuar como arquivo, biblioteca e museu (Parrela, 2012).

O segundo artigo da Lei já previa o recolhimento de obras de arte à instituição arquivística, devendo ser conservadas e classificadas no APM até a criação de um museu. O Museu Mineiro foi criado 15 anos depois, por meio da Lei nº 528, de 20 de setembro de 1910, tendo sua instalação ocorrido apenas em 1982, momento em que os itens que compunham a pinacoteca do Arquivo Público Mineiro foram entregues à nova instituição (Boletim, 1982).

² Xavier da Veiga (1846-1900), político e jornalista de Minas Gerais, foi o proponente da lei de criação do APM e seu primeiro diretor. Ele funda o Arquivo em sua casa, no centro de Ouro Preto. Edilane Carneiro e Marta Melgaço Neves na obra *Efemérides Mineiras* (1998, p.17-40), ao traçarem seu perfil biográfico na segunda edição da obra, sugerem que ele já acumulava acervos e descrição dos fatos para construir a instituição há pelo menos 18 anos.

³ Lei n.126, de 11 de julho de 1895, que cria na cidade de Ouro Preto uma repartição denominada Arquivo Público Mineiro, e Decreto n. 860, de 19 de setembro do mesmo ano, promulga o Regulamento do Arquivo. O vocabulário da lei, do decreto e demais documentos de época será atualizado pelos autores.



Em seu quinto artigo, a Lei que cria o APM também determina qual será o corpo de funcionários da nova repartição e o vencimento anual de cada posição: um diretor (6:000\$000 – seis contos de réis), um secretário-arquivista (4:800\$000 – quatro contos e oitocentos mil réis), dois oficiais sub-arquivistas (3:600\$000 – três contos e seiscentos mil réis), dois amanuenses (2:400\$000 – dois contos e quatrocentos mil réis), um porteiro (1:500\$000 – um conto e quinhentos mil réis) e um contínuo (1:200\$000 – um conto e duzentos mil réis). O diretor seria escolhido pelo governo “dentre os cidadãos de notória competência na matéria, conhecido zelo e solicitude” (Minas Gerais, 1895a), secretário-arquivista, bem como o porteiro e o contínuo seriam nomeados livremente pelo diretor e os oficiais sub-arquivistas e os amanuenses selecionados por concurso.

O conteúdo programático do concurso público já estava anunciado no artigo 7º, indicado a exigência de conhecimentos em português, francês, “matemáticas elementares”, noções de direito público e administrativo, além de “estudo sobre a Constituição do Estado e leis orgânicas e sobre a Constituição Federal, história e geografia do Brasil, especialmente de Minas, e redação oficial”. Os candidatos que por sua vez possuíam diplomas em qualquer um dos tópicos, poderiam apresentar seu certificado e estariam dispensados dessa parte do certame.

Os demais detalhes sobre a atuação de cada cargo no Arquivo Público Mineiro e sobre a realização do concurso foram apresentados apenas com o Decreto nº 860, de 19 de setembro de 1895, que promulgou o regulamento do APM. O capítulo III, intitulado “Do pessoal do Arquivo” dispõe sobre as atividades a serem desempenhadas pelos funcionários da repartição, além de trazer mais informações sobre a seleção pública.

No parágrafo único do artigo 29, que inicia o capítulo, já consta a informação que todos os empregados do Arquivo teriam direito às isenções aplicadas aos membros do magistério (secundário e superior) devido à natureza do trabalho desenvolvido no APM. Além de reiterar as informações sobre o concurso a ser realizado para os cargos, o regulamento inova ao afirmar que as primeiras nomeações não necessitariam do certame, sendo realizados concursos apenas nas “nomeações seguintes”. Também fica estabelecido que o concurso deverá ser anunciado com 60 dias de antecedência e caso não haja inscritos aptos à realização das provas, a nomeação acontecerá pelo Diretor, sem realização de seleção pública.



O primeiro diretor nomeado foi José Pedro Xavier da Veiga, intelectual mineiro do Sul do Estado, jornalista e deputado no período imperial. Sua residência foi utilizada como primeira sede do Arquivo Público Mineiro e Xavier da Veiga foi o principal articulador de uma rede de correspondentes no interior de Minas Gerais e no restante do país. Tais personagens contribuíram com o envio de uma série de documentos ao APM (Silva, 2006). Xavier da Veiga, ainda, foi o primeiro editor da Revista do Arquivo Público Mineiro, estabelecendo os padrões editoriais do periódico institucional. Além dessas atribuições, estavam previstas na lei de criação do APM “escrever com exatidão e circunstanciado desenvolvimento as efemérides sociais e políticas do Estado”, segundo o art. 8º da Lei nº 126, de 11 de julho de 1895. O mesmo texto ressalta o “reputado saber” do responsável pelos trabalhos e a existência de pagamento pecuniário pelos serviços.

As *Efemérides* seriam publicadas pela primeira vez em 1897. As escolhas metodológicas para a escrita das Efemérides não teriam implicado descaso com a organização arquivística. Ao contrário, Parrela (2012) sugere que tenha contribuído para a aceleração do processo de organização dos acervos que já se encontravam reunidos no Arquivo e para a captação de novos acervos que ainda estavam espalhados pelas repartições do estado e dos municípios. A obra cobre o largo período de 1664 a 1897, que compreende desde as primeiras notícias de circulação de bandeiras pelo território e descobertas de primeiras riquezas até a inauguração da nova capital, hoje, Belo Horizonte.

Para Xavier da Veiga, o Arquivo, assim como a Biblioteca e o Museu, que seriam organizados depois, não deveriam sair de Ouro Preto. Esses novos bens culturais deveriam ser mantidos ali como equipamentos de sobrevivência para a antiga capital, garantindo uma espécie de turismo cultural para usufruir deles. Situação que também motivava a grande preocupação em organizar e colocar em funcionamento a instituição com presteza, o que demandava a rápida constituição de um quadro de funcionários para repartição. Sendo os primeiros convocados para o trabalho indicados pelo Diretor.

Como secretário-arquivista, foi escolhido Rodolpho Jacob. Nascido em Grão Mogol, no Norte de Minas, em 1870. Era filho de um judeu francês, de uma comunidade próxima a Estrasburgo, que veio para o Brasil na primeira metade do século XIX se juntar aos primos maternos, os Bloch, já instalados na Bahia, que se dedicavam ao comércio de pedras preciosas, especialmente diamantes. Em busca dessa riqueza, o pai chegou a Grão Mogol, onde constituiu família. Quando do nascimento de Rodolpho, os Bloch e os Jacob



havam constituído uma vasta rede de comércio de pedras, sediada na França, com interesses no Brasil e no Oriente. Alguns dos filhos homens das famílias iam para França para os estudos, como foi o caso de Rodolpho e seu irmão, Benjamim Jacob.⁴

Ao retornar a Minas Gerais, traziam muitas leituras sobre o que havia de moderno nos estudos, não só literários e jurídicos, mas também históricos e estatísticos. Rodolpho Jacob iria fazer carreira na administração estadual e como professor na Escola de Direito. Mesmo se afastando de suas funções no APM, iria manter laços com a casa, um exemplo, seria a tradução do livro *Pluto Brasiliensis* de Barão de Eschwege, para publicação em um dos primeiros números da Revista do Arquivo. Jacob participava intensamente dos debates historiográficos que aconteciam no APM como membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), do qual foi presidente, e do Instituto Pan-Americano de Geografia e História. Em 1919, participou da organização do VI Congresso Brasileiro de Geografia, em Belo Horizonte. Publicou *Minas Gerais no século XX*, em dois volumes. Em 1920, desenvolveu outro estudo dedicado à história de Minas oferecido ao rei da Bélgica, em visita ao estado. Em 1922, dirigiu as comemorações do Centenário da Independência no estado, que, dentre as suas celebrações historiográficas, contou com a publicação de suas traduções de Saint-Hilaire, Eschwege e Spix e Martius. Jacob produziu diversos trabalhos sobre história, geografia e estatística, até a sua morte, em 1948.

Uma das vagas de oficiais sub-arquivistas, também foi indicação do Diretor como parte da exceção prevista no Decreto, foi Antônio Ataliba Silva, sobre quem não conseguimos ainda maiores informações biográficas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada tem por base a análise qualitativa de documentos produzidos pelo próprio Arquivo Público Mineiro, compondo o Fundo Arquivo Público Mineiro da instituição. Os itens documentais desse conjunto foram analisados a partir do tratamento do fundo, que foi revisto e, portanto, são tributários de análises para compor a sua história arquivística. Os documentos também foram digitalizados por meio de projeto “Preservação e Difusão da Memória Institucional: modernização da infraestrutura de

⁴ Cf. Revista... 1948 e Parrela (2012).



reformatação, organização e digitalização do fundo Arquivo Público Mineiro (1895-1948)”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Entre os itens do acervo, há o livro de atas do primeiro concurso, além de uma série de correspondências e outros documentos relativos aos concorrentes do certame. Além dos itens manuscritos do Fundo, também são objetos da análise a legislação relativa à instalação e organização do APM e as edições do jornal Minas Geraes.

3 O PRIMEIRO CONCURSO

Em 1898 publicou-se à quarta coluna da página 7 do jornal *Minas Geraes: orgam dos poderes do Estado* do dia 6 de abril o primeiro edital para concurso público do Arquivo Público Mineiro. Em poucas linhas é apresentada a abertura do certame, com prazo de dois meses para que os concorrentes realizem suas inscrições e apresentem os documentos obrigatórios, entre eles a “folha corrida e atestados fidedignos, afirmando sua moralidade e bom comportamento”⁵.

Apesar do edital não trazer, à moda dos concursos contemporâneos, as atribuições do cargo, já estavam previstas no Decreto nº 860, em seu artigo 38. No interior do APM, a hierarquia estabelecida iniciava-se com o diretor da instituição, seguida pelo secretário-arquivista e enfim chegava ao oficial sub-arquivista. O segundo substituiria o primeiro quando das suas ausências, da mesma forma que o oficial poderia atuar interinamente como secretário.

Os oficiais sub-arquivistas deveriam cumprir todas as ordens do diretor e do secretário-arquivista, além de eventualmente também designar atividades aos amanuenses e colaborar com as funções desses funcionários. Ainda, competia ao oficial sub-arquivista:

- I. Fazer clara e corretamente a escrituração dos livros do expediente da repartição que lhe forem indicados, observando as normas e modelos adotados; podendo lembrar as modificações que lhe pareçam vantajosas.
- II. Escrever os ofícios, cartas, editais, avisos, etc, segundo as minutas do diretor ou do secretário e que lhe forem por este apresentadas.
- III. Tirar com exatidão e nitidez as cópias e certidões mais importantes, conferindo-as atentamente com o secretário, e auxiliar a este no

⁵ Minas Geraes: orgam dos poderes do Estado. 06 de abril de 1898, edição 00093, página 7.



serviço de inventário e classificação que lhe incumbe pelo art. 37 n.1, deste Regulamento.

- IV. Chamar a atenção do secretário para os livros ou documentos que encontrar de particular interesse para a História do Estado, e dos que precisarem precauções especiais para sua conservação ou necessitar de restauração por cópia, serviço que será executado pelos empregados designados pelo secretário e pelo modo que este indicar
- V. Ministrará aos consultantes, na sala da Biblioteca Mineira, os livros e documentos que pedirem, de acordo com o art. 21 e pelo modo que for específico no Regimento interno.
- VI. Proceder à verificação dos livros e mais papéis remetidos para o Arquivo, à vista dos ofícios ou cartas que os acompanharem, e colocá-los nos lugares devidos, fazendo os precisos assentamentos e registros nos livros competentes (MINAS GERAIS, 1895b, Artigo 38).

Durante o mês de maio de 1898, três homens se inscreveram para o concurso de oficial sub-arquivista conforme consta no livro de registros do concurso: Juscelino Augusto de Souza, Francisco José Leite Guimarães e Afonso José de Oliveira⁶. Entre eles, apenas o segundo compareceu para a realização das provas, enquanto o primeiro não se manifestou e o terceiro entrou com recurso pedindo o adiamento do certame por problemas pessoais. O requerimento foi indeferido pelo Secretário do Interior e publicado no Minas Geraes, alegando já haver outros candidatos para o processo⁷.

Para realização das provas, foram convidados por José Pedro Xavier da Veiga dois professores da Escola de Farmácia e um da Escola Normal a fim de compor as comissões avaliadoras⁸. Todas as provas contariam com o diretor e secretário-arquivista na comissão de avaliação, sendo o grupo avaliador de cada tópico do concurso acrescido dos seguintes membros: 1) Português, francês, e redação oficial: Cornélio Vaz de Mello, professor da Escola de Farmácia de Ouro Preto; 2) História e geografia do Brasil: Cláudio Alaor de Lima, professor da Escola de Farmácia de Ouro Preto; 3) Aritmética: Joaquim Gomes Michaeli, professor da Escola Normal de Ouro Preto; 4) Constituições do Estado e

⁶ Arquivo Público Mineiro (APM). Livro de registro de inscrição de candidatos para o concurso público e atos relativos ao preenchimento de cargos no Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto (MG). 1898. BR-MGAPM-FAPM-1-3-Cx.04-Doc.15.

⁷ Minas Geraes: organ dos poderes do Estado. 29 de agosto de 1898, edição 00193, página 3.

⁸ APM. Rascunho de correspondência de José Pedro Xavier da Veiga, diretor do Arquivo Público Mineiro, para [Carlos Augusto Guilherme Schwacke], Diretor da Escola de Farmácia, que solicita a presença de dois funcionários para serem examinadores das provas do concurso do Arquivo Público Mineiro para o cargo de oficial arquivista. Ouro Preto (MG). 27/06/1898. BR-MGAPM-FAPM-1.4-Cx.01-Doc. 35; APM. Rascunho de correspondência de José Pedro Xavier da Veiga, diretor do Arquivo Público Mineiro, para o Dr. Joaquim Gomes Michaeli, professor da Escola Normal que o convida para ser examinador no concurso para preenchimento de vaga do Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto (MG). 27/06/1898. BR-MGAPM-FAPM-1.4-Cx.01-Doc.38.



Federal e leis orgânicas estaduais: Antônio Augusto de Lima, advogado e ex-presidente do estado de Minas Gerais.

No dia 18 de julho de 1898 iniciaram-se as provas, conforme passado o prazo de 60 dias para inscrição previsto em edital. Para a prova de português e redação oficial foi escolhido como ponto a redação de um ofício do diretor do APM ao Secretário do Interior tratando da realização do concurso. Enquanto que para a prova de francês, o único concorrente presente teve que traduzir um trecho da obra “*Expédition dans les parties centrales de l’Amérique du Sud*”, de Francis Castelnau (1852). Obra existente na Biblioteca Mineira, que reflete o apreço dos primeiros gestores na reunião de trabalhos de viajantes estrangeiros pelo Brasil.

No dia seguinte, foi o momento de realização das provas escrita e oral de “história e geografia do Brasil, especialmente de Minas”. Apesar dos possíveis pontos não terem sido anteriormente listados, consta na ata ter sido estabelecido pela comissão avaliadora o tema “**Inconfidência Mineira, causas, vultos principais, cenário e tempo**” (grifo nosso).

Esse tema estava conectado à lógica de organização do acervo, que se inspirava nas práticas do Arquivo Público do Império (hoje, Arquivo Nacional) e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que por sua vez, inspiravam-se na tradição francesa de organização do acervo por temário histórico⁹. As duas casas dividiam seus trabalhos pelas grandes épocas da história pátria: a princípio, Brasil-Colonial, Brasil Reino-Unido e o Brasil-Império¹⁰. No caso do Arquivo Público Mineiro: “MINAS GERAIS – *Capitania*; MINAS GERAIS – *Província*; MINAS GERAIS – *Estado*” (MINAS GERAIS, 1895b, grifo nosso, destaque em itálico no texto original).

Na legislação de criação e organização do APM há um desenho da periodização da história política e administrativa que deveria ser retratada na constituição e no arranjo

⁹ Foram utilizados para essas comparações sobre o Arquivo Público do Império e do IHGB do trabalho “Subsídios para a história do Arquivo Nacional na comemoração dos seu primeiro centenário” (1937), organizado por Pandiá H. T. Castello Branco, que sistematiza legislação, normas, relatórios e notas desde a criação daquele Arquivo até 1876; e o regulamento de 1893, para tratar do Arquivo. Para abordar o Instituto, consideraram-se os primeiros estatutos publicados na Revista do IHGB de 1839 e dos novos estatutos de 1851 e textos de sua Revista. Dentre eles, o mais utilizado, sem dúvida, foi o de Karl F. P. von Martius (1844). Documentos citados por Parrela (2012).

¹⁰ Desde o primeiro relatório do Arquivo, em 1843, já existia esta divisão (Branco, 1937)), o que remete a Le Goff (2003), ao afirmar que a definição de pontos de partida cronológicos, como a fundação de Roma, ou a Era Cristã, e a busca de uma periodização, a criação de unidades iguais, mensuráveis, de tempo: dia de 24 horas, século, etc. seriam dois progressos essenciais aos quais a história estaria intimamente conectada.



do acervo e uma detalhada descrição do que seria recolhido dentre os documentos relativos a quatro episódios:

u) Os sumários de culpa, e as devassas (no original ou cópia autêntica) sobre matéria importante, abertas no período colonial; e especialmente o sumário ordenado pelo governador Assumar, em 1720, contra Felipe dos Santos e outros revoltosos de Vila Rica e da Vila do Ribeirão do Carmo, e as duas devassas (de Vila Rica e do Rio de Janeiro) de 1789 e 1792 contra Tiradentes e mais “réus” da Inconfidência Mineira, com os respectivos, com os respectivos apensos relativos ao estado das famílias dos “inconfidentes”, confiscos dos seus bens, etc (MINAS GERAIS, 1895b).

Em 20 de julho, o candidato prestou os exames escritos de aritmética, que consistiram em operação da matemática de soma e subtração de frações, e conversão de unidades de medida de distância. Por pedido do candidato, a prova oral de aritmética realizou-se no dia seguinte.

No último dia de exames foi realizada a prova oral sobre as constituições estadual e federal, e legislação mineira. A comissão não registrou os pontos específicos da arguição, sinalizando apenas ter questionado o candidato “sobre a definição das aludidas Constituições, sobre as organizações dos respectivos poderes públicos, e sobre os órgãos administrativos encarregados das diversas funções do Estado Mineiro”¹¹.

Após a realização de todos os exames, os avaliadores se reuniram para validação das notas e concluíram que, com nota média 7, o candidato Francisco José Leite Guimarães estava aprovado no primeiro concurso para oficial sub-arquivista do Arquivo Público Mineiro. Em 16 de agosto, por ato do Secretário do Interior, o candidato foi oficialmente nomeado para o cargo em publicação do Minas Geraes¹².

4 CONCLUSÃO

As atribuições do oficial sub-arquivista, guardadas as devidas proporções, se aproximam das funções de Técnico de Arquivo, do mesmo modo, as atribuições do secretário-arquivista podem ser associadas a algumas funções de um arquivista no arquivo permanente dos dias atuais, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 6.546, de 4 de julho de 1978. Assim, pode-se perceber que na estrutura do APM quando de sua fundação haveria um servidor responsável pela definição das atividades e a organização

¹¹ APM. Livro de registro de inscrição de candidatos para o concurso público e atos relativos ao preenchimento de cargos no Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto (MG). 1898. BR-MGAPM-FAPM-1-3-Cx.04-Doc.15.

¹² Minas Geraes: organ dos poderes do Estado. 18 de agosto de 1898, edição 00182, página 4.



a ser dada aos acervos recolhidos, o secretário-arquivista, e dois servidores responsáveis pela execução dessas tarefas, os oficiais sub-arquivistas.

Assim, a análise do concurso para provimento do cargo permite compreender não apenas a história do Arquivo Público Mineiro, mas também pode ser interpretada como parte da história da arquivologia e das instituições arquivísticas no país. Por outro lado, a verificação das etapas do certame e as atribuições do cargo permitem colocar em análise a trajetória profissional de arquivistas e técnicos de arquivo ao longo da história recente do Brasil.

Chamou nossa atenção na análise do processo a ausência de discussões sobre Diplomática e Paleografia, consideradas essenciais em outros arquivos. Como o Arquivo Nacional brasileiro, que já oferecia cursos sobre o tema no século XIX (Branco, 1937), tendo como grande inspiração para esses investimentos na capacitação de seu corpo de funcionários a École des Chartes de Paris. Pois, para um cidadão nos primeiros anos do século XX, as funções da repartição Arquivo era funcionar como “cartório do estado”. Uma vez que, as demandas dos cidadãos eram recebidas pelo porteiro, no balcão de entrada, e certidões eram produzidas para atender as solicitações. Somente nos anos 1940 é que as portas do Arquivo Público Mineiro começaram a se abrir para o chamado público geral que poderia fazer suas próprias pesquisas.

REFERÊNCIAS

BOLETIM 18. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.1982.

BRANCO, Pandiá H. de Tautphoeus Castello (org.). Subsídios para a história do Arquivo Nacional na comemoração dos seu primeiro centenário, 1838-1938: o arquivo no império. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1937.

CASTELNAU, F. (org.). Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro a Lima, et de Lima au Pará: exécutée par ordre du gouvernement français pendant les années 1843 a 1847. Paris: Chez P. Bertrand, 1852.

EXTRATO dos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 18-20, jan. 1839.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 7. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MINAS GERAIS, Decreto nº 860, de 19 de setembro de 1895b.

MINAS GERAIS, Lei nº 126, de 11 de julho de 1895a.



PARRELA, Ivana. Patrimônio documental e escrita de uma história da pátria regional – Arquivo Público Mineiro 1895-1937. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2012.

PROF. Rodolpho Jacob. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 3, p. 01-05, 1948.

SILVA, Marisa Ribeiro. História, Memória e Poder: Xavier da Veiga, o arconte do Arquivo Público Mineiro, 2006. 158 fls. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais.

VEIGA, José Pedro Xavier da. Efemérides mineiras: 1664-1897. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

VON MARTIUS, Karl F. P.. Como se deve escrever a história do Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 381-403, jan. 1844.

